

# A CIDADE DE PONTA A CABEÇA: CENAS DO COTIDIANO URBANO DE JACOBINA/BA (1955-1959)<sup>1</sup>

## THE CITY UPSIDE DOWN: SCENES FROM JACOBINA'S/BA URBAN DAILY LIFE (1955-1959)

Edson Silva<sup>2</sup>

**RESUMO:** O artigo tem o objetivo de analisar as ações de normatização do cotidiano e as práticas da população de Jacobina, cidade situada na região centro-norte do Estado da Bahia, entre os anos de 1955 e 1959, recorte em que a cidade passou por um processo de modernização e reconfiguração da paisagem urbana. A partir do cruzamento de fontes como textos jornalísticos e documentos administrativos municipais procuramos analisar o pulsar cotidiano das ruas e instituições, atuação dos dispositivos de poder na cidade e as práticas cotidianas.

**Palavras-chave:** Modernização; Normatização; Cidade; Cotidiano.

**ABSTRACT:** The article aims to analyze the actions of normalization of daily life and the practices of the population of Jacobina, a city located in the north-central region of the State of Bahia, between 1955 and 1959, clipping in which the city went through a process of modernization and reconfiguration of the urban landscape. From the intersection of sources such as journalistic texts and municipal administrative documents, we sought to analyze the daily pulse of the streets and institutions, the performance of power devices in the city and the daily practices.

**Keywords:** Modernization; Standardization; City; Daily.

---

1 O presente texto é uma versão revisada, com acréscimos de outras fontes e modificações de parte de um capítulo da dissertação de mestrado intitulada Modernização, sanitarismo e cotidiano (Jacobina – BA 1955-1959), defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande em 2015, em Campina Grande. A pesquisa do mestrado contou com o suporte da bolsa ofertada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

2 Possui graduação em Licenciatura Plena em História pela Universidade do Estado da Bahia (2012) e Mestrado em História pela Universidade Federal de Campina Grande (2015). No momento ocupa o cargo de Coordenador Pedagógica do Ensino Fundamental II na Secretaria Municipal de Educação de Caém. E-mail: edisomsilva@gmail.com.

## A gestão da cidade: modernização e dispositivos de normatização

As pesquisas feitas pelo filósofo-historiador Michel Foucault geraram contribuições significativas no campo da historiografia, a exemplo da emergência de temas e personagens antes negligenciados, tratados como não tendo ou não dignos de uma historicidade, além das suas construções conceituais inovadoras. A influência das análises e desdobramentos posteriores nos mostraram que a partir das suas pesquisas podemos identificar pressupostos e conceitos por demais úteis para os historiadores. Foucault trabalhou com o conceito de discurso, na sua concepção a análise historiográfica deve buscar as regularidades dos discursos, isto é, o que foi dito sobre determinada prática que tornou assim dizível e visível em determinado contexto a sua emergência (RAGO, 1995, p. 67-82).

A partir de determinada fase da sua obra – denominada de genealogia do poder - apontou para a emergência de nova modalidade e relação de poder. Um poder que se exercer de maneira capilar, praticado na vida cotidiana, atuando sobre os corpos dos sujeitos. Esta nova modalidade de poder Foucault chamou de poder disciplinar – um poder que se exercer na forma da organização do espaço, do controle do tempo, da vigilância, do registro permanente do que é observado e da produção de um saber. A partir de um conjunto de técnicas, procedimentos e práticas de adestramento dos corpos dos sujeitos - o poder disciplinar opera - a fim de produzir uma população útil produtivamente e dócil politicamente (MACHADO, 1979, p. 7-13).

Seguindo ainda as pesquisas de Michel Foucault, de acordo com o filósofo-historiador, entre os séculos XVII e XVIII o corpo humano tornou-se objeto de uma maquinaria de poder. Um exemplo conhecido de sofisticado mecanismo de poder foi à invenção do modelo panóptico desenvolvido pelo inglês Jeremy Bentham, uma peça arquitetônica que criava uma forma sutil de exercer o poder, sem uso da repressão. A disposição do desenho do modelo panóptico era de um prédio de uma prisão em que colocava os sujeitos (prisioneiros) num estado de permanente visibilidade: por meio de um mecanismo central de vigilância. O modelo arquitetônico foi reproduzido em outras instituições disciplinares e normatizadoras, tais como escolas, quartéis, fábricas, hospitais, hospícios, asilos.

Posterior à fase de estudo das instituições disciplinares Michel Foucault direcionou suas pesquisas para uma nova modalidade de exercício do poder emergente entre o século XVIII e XIX – um poder que se exerce sobre o corpo, na sua dimensão biológica, regulando os processos vitais humanos, como mortalidade, natalidade, fecundidade, alimentação, ocorrência de doenças, habitação, sexualidade, infância, velhice – conceituado de biopolítica. Nesta nova fase de pesquisa Foucault passou a trabalhar com o conceito de dispositivo, explicado por ele nestes termos:

Através deste termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. [...] entendo dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante. (FOUCAULT, 1979, p. 244)

Os dispositivos são mecanismos heterogêneos, processos dinâmicos e mutáveis de ordem discursiva ou não discursiva, ocupam posições estratégicas de saber e poder e operam com fim de obter resultados concretos ou responder um problema num contexto histórico demarcado. Instituições como a prisão, a clínica, o hospital, o asilo ou o regime de visibilidade e enunciação sobre uma prática humana como a sexualidade são exemplos históricos de dispositivos.

As ferramentas conceituais foucaultianas emergiram enquanto elementos frutíferos para pensar relações de poder e as formas disciplinamento, de vigilância e controle sobre o espaço urbano e os corpos dos cidadãos. A noção de poder disciplinar para analisar os diferentes mecanismos e estratégias exercidas sobre a cidade com o objetivo de produzir um espaço urbano normatizado; classificar, hierarquizar e excluir sujeitos e práticas. Por outro lado, o conceito de dispositivo aparece enquanto ferramenta para analisar o conjunto de discursos, medidas, ações e práticas exercidas sobre o ambiente citadino e a população urbana e seus costumes, como o Código de Posturas, normas administrativas, discursos da imprensa, ações de instituições, medidas de modernização urbana.

A cidade de Jacobina, situada na mesorregião Centro-Norte do Estado da Bahia, na década de 1950 foi objeto de intervenções urbanas, empreendidas pela prefeitura, com a participação de órgãos federais e estaduais (de engenharia e saúde pública). A partir dos preceitos do urbanismo, do sanitário e da legislação urbana foram desenvolvidas ações com o propósito de modernizar, sanear e normatizar os espaços urbanos e práticas dos cidadãos. A gestão do prefeito Orlando Oliveira Pires (1955-1959) procurava produzir outro ambiente urbano, com ruas pavimentadas, abertura de avenidas e loteamentos, espaço de esporte e lazer, e equipamentos de conforto urbano (como água encanada, serviço de esgoto, luz elétrica, limpeza urbana). A estratégia era produzir uma cidade caracterizada por uma paisagem aprazível, limpa, desodorizada, saneada, embelezada, ordenada e com cidadãos com novos hábitos e práticas condizentes com a modernização. O desejo era de materializar o que jornalistas e gestor municipal nominavam como cidade do "progresso", "moderna" e "civilizada" (SILVA, 2015).

Com o objetivo de garantir a purificação do ambiente urbano, ou pelo menos das ruas centrais da cidade, naquele contexto, por parte da gestão municipal, foram tomadas medidas para o asseio das vias públicas, eliminação de odores, limpeza urbana, construção de serviço de esgoto e pavimentação de ruas, dentre outras medidas de urbanismo, salubridade e estética (SILVA, 2017, p. 83-95). Além das intervenções de modernização, saneamento e estética urbana empreendida por parte da prefeitura, atuava na cidade, determinando uma forma de morar e viver nela, os médicos do Distrito Sanitário. A perspectiva médica era que, a cidade, assim como um corpo devia ser submetida a medidas profiláticas. Assim sendo, uma série de iniciativas foram empreendidas por parte dos médicos, como campanha de educação sanitária da população, palestras em eventos públicos, ações de higienização das moradias, fiscalização dos alimentos vendidos na cidade e com as condições de saúde dos trabalhadores; combate a criação de animais no perímetro urbano e a prática de tomar banho nas águas dos rios (SILVA, 2015, p. 12-33).

Também relacionada a perspectiva do saber médico sanitário sobre a cidade, estava a implantação do sistema de água encanada para residências e chafarizes. A iniciativa da intervenção partiu da gestão municipal do prefeito Orlando Oliveira Pires e sua construção teve a participação de órgãos federais como o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) e o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS). Contudo, encontrava justificativa no saber médico; o discurso sanitário, bem como dos jornalistas e gestor municipal

era de preocupação com a qualidade da água consumida na cidade; a mesma devia passar por processos científicos de tratamento, sendo uma forma de prevenir a transmissão de doenças e epidemias, e diminuir a mortalidade da população (SILVA, 2017, p. 161-173). Citando a perspectiva inaugurada por Michel Foucault sobre os mecanismos de poder sobre a vida, chamado de biopolítica: evitar morrer, fazer viver (FOUCAULT, 1988, p. 148-174).

Como dito, as medidas faziam parte de uma concepção de cidade, defendida por parte da administração municipal, dos jornalistas e pelo saber médico. O que significava intervenções urbanísticas de estruturação da cidade, ações sanitaristas e normatização do uso do espaço urbano. Por meio da legislação urbana municipal buscava-se disciplinar as ruas e práticas sociais da população, como a coibição da criação de animais soltas nas ruas ou em quintais das residências, práticas de diversão como banhos nos rios e brincadeiras populares (SILVA, 2016, p. 64-80).

Nesse sentido, o Código de Posturas servia para o poder público municipal enquanto um mecanismo estratégico na ordenação da sociedade local. O capítulo VII do código, denominado "Da moralidade, bem estar, costume e socêgo publico (sic)", expressava nos seus artigos alguns dos aspectos do ideal de vida urbana que se almejava materializar no cotidiano:

Art. 73 É proibido ter cavalos rufiões, éguas, cadelas soltas nas ruas desta cidade, Vilas, Arraiaes e Povoados; sob pena de 50\$000 de multa.

Art. 74 É expressamente proibido aglomeração de pessoas desocupadas nas portas das casas comerciais, balcões e passeios; pena de 50\$000 de multa.

Art. 75 É proibido a presença de crianças na matança de gado; sob pena de 50\$000 de multa.

Art. 76 Todo aquelle que for encontrado embriagado nas ruas praças e nas casas de negocios procurando desordens, dirigindo insultos causando escandalo a moralidade publica, será entregue a Delegacia de Policia para por em custodia durante a embriaguez.

Art. 77 Igual pena será imposta aos loucos que forem encontrados até que seus paes, tutores ou curadores venham tiral-os.

Art. 78 Os menores que forem encontrados vagando sem destino nas ruas, praças ou becos desta cidade, depois das 21 horas, serão levados a presença dos paes, tutores, curadores, ou amos os quaes ficarão sujeitos a multa de 50\$000 por cada creança (sic). (JACOBINA, 1933, p. 10-11)

Os artigos apresentavam um conjunto de comportamentos que deviam ser interditos, e se transgredidos, punido com multa ou prisão. De um lado, era proibido a presença de animais nas ruas, de crianças nos abates<sup>3</sup> e de menores circulando nas vias urbanas no horário noturno. Por outro, as intervenções dirigiam-se aos comportamentos vistos como desviantes, que deviam ser afastados das ruas: as pessoas ociosas, os loucos e os ébrios. Numa sociedade regida pelos preceitos da produtividade e pela valorização do trabalho, aqueles sujeitos que não se encaixavam dentro desse padrão, deviam ser excluídos do convívio social, internados em instituições (médicas, prisionais) para serem corrigidos. Pela normatização das posturas, o espaço urbano devia ser ordenado e habitado por um tipo de sujeito cidadão: indivíduos razoáveis, disciplinados e úteis.

3 Essa proibição possivelmente estava relacionada a algum tabu moral, que procurava impedir a visibilidade da morte e as vísceras dos animais aos infantes.

Em outro capítulo, o código prescrevia mais uma série de artigos, as interdições dirigiam-se aos atos cometidos contra a propriedade:

#### **Capítulo X. Do damno.**

Art. 100 A ninguém e permitido damnificar, destruir ou tirar qualquer material pertencente a iluminação publica, sob pena de 10\$000 de multa, além da indenização do prejuízo.

Art. 101 Todo aquelle que damnificar ou destruir cercas, muros de predios publicos ou particulares, bem como producto da lavoura e criação ficará sujeito a multa de 20\$000.

Art. 102 Toda pessoa que apagar o numero das casas ou qualquer inscripção de ruas feitas pela Prefeitura, será multado em 10\$000.

Art. 103 Todo aquelle que arrancar ou inutilisar edital ou qualquer ato publico mandado afixar pelo Prefeito ou seus auxiliares, será multado em 10\$000.

Art. 104 Todas as pessoas que damnificarem ou derrubarem as arvores das ruas e praças como tambem das estradas que servem de abrigo aos viandantes, será multado em 30\$000.

Art. 105 Qualquer damno ou destruição no todo ou em parte de qualquer obra publica ou particular será imposta multa de 20\$000.

Art. 106 Fica prohibio damnificar cortar e arrancar arvores plantadas, ou que de futuro se plantarem em qualquer parte da via publica sob pena de 20\$000 de multa (sic). (JACOBINA, 1933, p. 14-15)

O sistema de punição das infrações definidas acima pelo código funcionava da seguinte forma. As penas podiam ser impostas pelo prefeito, pelos fiscais e agentes municipais. Prescrevia o código que, ocorrendo da pessoa multada não pagar o valor correspondente, a cobrança devia ser feita por meio do poder judiciário, nessa situação era aumentado o valor da multa em trinta por cento. A pena ainda podia ser convertida em prisão de no máximo oito dias, a depender da gravidade da situação – se envolvesse situação de reincidência ou de desacato. No caso de reincidência, a pena podia ser aplicada em dobro (JACOBINA, 1933, p. 18-20).

As posturas municipais eram um dispositivo do poder público de regulamentação de várias atividades urbanas e do cotidiano da cidade de Jacobina. Por meio das posturas as administrações municipais encontravam um mecanismo para manter a ordem urbana, disciplinar os costumes, configurar uma estética urbana e regulamentar as atividades profissionais, as modificações urbanas, o uso dos espaços públicos, o funcionamento dos estabelecimentos comerciais, a segurança pública, e um conjunto de regulamentações concernentes aos hábitos e práticas da população jacobinense, como a proibição de criação de animais soltos nos logradouros. O Código de Posturas funcionava enquanto dispositivo importante de regulação e normatização da cidade, prescrevendo uma série de normas para o espaço urbano e de condutas para os cidadãos.

Outro dispositivo de regulação da vida urbana era o jornal *Vanguarda*. Fundado na cidade de Feira de Santana em 1949 e transferido em 1955 para Jacobina, o periódico circulou nesta cidade e nos municípios do seu entorno, entre os anos 1955 e 1960. Nas suas páginas, colunas e notas eram publicadas notícias locais, dos municípios circunvizinhos, do Estado e do país, editais da prefeitura e do Poder Judiciário. Além de artigos de colunistas, publicidade do comércio da cidade e de outros municípios. A sua periodicidade era semanal, sendo constituído de quatro páginas, publicado aos sábados e adquirido por meio de assinatura ou compra avulsa (SILVA, 2018, p. 64-73).

O uso da fonte jornalística pela historiografia constitui hoje uma prática difundida, sendo superada a descrença instituída pela cultura historiográfica da Escola Metódica no século XIX, que desconsiderava a imprensa periódica como fonte histórica, pois era vista de maneira não confiável, pela falta de objetividade das informações, da parcialidade e da natureza tendenciosa do discurso. Para um historiador metódico novecentista as fontes históricas deviam ter cunho oficial, produzidas pelas instituições e burocracias estatais; “deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além suficientemente distanciadas de seu próprio tempo” (LUCA, 2008, p. 112). As novas perspectivas historiográficas inauguradas pelos historiadores da Escola dos Annales no século XX romperam com a exclusividade dos documentos oficiais e ampliaram o conceito de fonte histórica, considerando enquanto tal qualquer vestígio produzido pelo ser humano. A partir da década de 1970, com a terceira geração dos historiadores dos *Annales* uma nova tendência foi inaugurada, com uma proposta de trabalho historiográfico contemplando “novos objetos, problemas e abordagens” (LUCA, 2008, p. 112-113). Assim sendo, as fontes de caráter jornalístico e a história da imprensa foram ganhando lugar na pesquisa histórica.

Por seu turno, o tratamento historiográfico dispensado no uso de fontes de natureza jornalística implica alguns procedimentos e observações, como assinalou a historiadora Tania Regina de Luca:

a forma como os impressos chegaram às mãos dos leitores, sua aparência física (formato, tipo de papel, qualidade da impressão, capa, presença/ausência de ilustrações), a estrutura e divisão do conteúdo, as relações que manteve (ou não) com o mercado, a publicidade, o público a que visava atingir, os objetivos propostos. Condições materiais e técnicas em si dotadas de historicidade, mas que se engatam a contextos socioculturais específicos, que devem permitir localizar a fonte escolhida numa série, uma vez que esta não se constitui em um objeto único e isolado. (LUCA, 2008, p. 138-139)

O jornal Vanguarda exercia uma força social e política na cidade, nas suas páginas os editores formulavam e apresentam propostas e conceitos de vida urbana, pregavam valores, hábitos e comportamentos para os cidadãos. Os textos dos editores Floriano Mota e Éneas Mota com notícias e artigos de opinião eram sempre apresentados na primeira página, as colunas pagas de articulistas e anúncios de patrocinadores apareciam na segunda página. Poucas edições possuíam fotografias acompanhando os textos. O jornal exercia um papel de intervenção na vida pública da cidade, pautando assuntos e problemas no cotidiano urbano, por meio de anúncios promovia as atividades comerciais e de serviços de profissionais (médicos, advogados, dentistas, contadores) em Jacobina e adjacências. A edição semanal estrategicamente era sempre colocada em circulação aos sábados, coincidindo com o final de semana, dias oportunos para a leitura e sociabilidade entre pessoas.

A partir da chegada do periódico na cidade em 1955, a dupla responsável pela publicação, por meio de textos próprios e de articulistas, contribuiu na construção de uma imagem positiva do gestor e da gestão municipal de Orlando Oliveira Pires (1955-1959). O jornal promoveu a imagem do alcaide como sujeito dinâmico e responsável por transformar Jacobina, rompendo com o passado e instituindo um novo tempo, transformando numa cidade “moderna”, “civilizada” e do “progresso” (SILVA, 2018, p. 64-73). Por sua vez, o público leitor do semanário constituía dos grupos letrados, como profissionais liberais, comerciantes e professores de Jacobina e dos municípios circunvizinhos, contudo, não podemos deixar de considerar outras possibilidades de leitura, circulação e sociabilidade

de dos textos, como rodas de conversa, dos relatos e comentários ao pé do ouvido nas ruas, praças, comércios, feira livre, estação de trem, igrejas, bares e residências.

FIGURA 01 - Jornal Vanguarda, edição 289, 24 de abril de 1955.



Fonte: Acervo do Núcleo de Estudos de Cultura e Cidade (NECC), Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus IV, Jacobina.

A partir da leitura das páginas do periódico percebe-se uma visão panorâmica e um esquadramento sobre o cotidiano urbano, identifica-se a condenação de condutas, práticas, comportamentos e hábitos, e referências a situações cotidianas de ruas e praças de Jacobina, sobretudo, aquelas que poderíamos chamar de "indesejáveis", na ótica de editores. O jornal Vanguarda enfaticamente fazia reclames apelando para a intervenção do poder público (prefeito, delegado, chefe do distrito sanitário) para intervir diante de certos hábitos da população citadina, a exemplos da criação de animais, lavagens de roupas e banhos de rio dentro do perímetro urbano. De tal modo, o jornal Vanguarda era um lugar de produção de enunciados que demarcavam uma espacialidade e uma subjetividade urbana, uma forma de viver e habitar a cidade; dispositivo de saber e exercício de poder sobre a cidade.

As posturas municipais e o jornal Vanguarda podem ser compreendidos enquanto dispositivos de vigilância e normatização do espaço urbano e dos corpos dos cidadãos. Seus textos expressavam enunciados prescritivos e imperativos, produtores e instituintes de uma concepção de vida urbana; ocupavam uma função estratégica enquanto mecanismos de normatização do espaço urbano e das práticas sociais, no contexto de modernização da cidade. Em outros termos, constituíam em dispositivos institucionais atuantes na cidade que procuravam exercer uma forma de dominação, com práticas discursivas e ações de regulação e normatização.

Notas da infâmia e a cidade de ponta-cabeça

Pontuada a presença desses dispositivos de poder que atuavam na cidade e as transformações de modernização, buscando normatizar os comportamentos citadinos, controlar e disciplinar os usos do espaço urbano, apontaremos, por meio das notas publicadas no Vanguarda, para algumas práticas de indisciplina e desviantes. Práticas múltiplas e transitórias que emergiam e proliferavam nas ruas e praças daquela Jacobina, e ainda, exerciam uma relação de força, de disputa e de embate do território urbano.

Esclarecemos inicialmente, que por meio das notas do jornal, não estamos buscando um acesso direto aos sujeitos ou as suas práticas, muito menos identificando nos textos um decalque dos eventos. Contudo, uma versão construída de um lugar, o jornal, que era um agente interessado na configuração de uma forma urbana, na conformação de um padrão de comportamento citadino e na elaboração de uma imagem positiva da cidade. A perspectiva do periódico e sua forma de dizer eram orientadas pelos interesses dos proprietários e editores, bem como estavam subordinadas aos interesses dos seus financiadores e do público leitor que tinha como alvo. A existência daqueles sujeitos se tornou conhecida por constituir, na ótica dos jornalistas, um “problema” para a cidade. Em outros termos, por contrariar a imagem de civilidade, ordem, estética, disciplina e comportamentos esperados para o modelo de cidade defendida pelos editores do periódico.

Ao examinar o discurso do jornal a respeito dos comportamentos, práticas e costumes dos citadinos alguns são identificados como inconvenientes para o espaço urbano. Desses sujeitos só sabemos das suas existências por conta do choque com o poder, o dispositivo jornalístico. Por meio do jornal que enunciava as proibições, as censuras das práticas desviantes é que devemos o aparecimento desses personagens da cidade. A partir do discurso tendencioso é que encontramos suas vidas marcadas, apontados em artigos do jornal por acusações de práticas contra os quais deviam ser tomadas medidas rigorosas pelo poder público municipal. Nesse sentido, suas existências e práticas se tornaram conhecidas por constituírem um problema para a cidade, por contrariarem as noções de moralidade, ordem, disciplina, civilidade e progresso, expressas pelos editores do periódico.

Pesquisando nas folhas do Vanguarda, localizamos em algumas notas, indícios de ações contrárias ao disciplinamento das ruas e estética da cidade. Os textos jornalísticos que serão apresentados a seguir nos permitem entrever vestígios de práticas cotidianas de uso do espaço urbano, as quais os dispositivos de normatização da vida urbana buscavam controlar – atos de indisciplina ou desviantes, presentes nas ruas, de sujeitos anônimos ou mesmo nomeados, registrados nas páginas do dispositivo jornalístico.

Dessa forma, o Vanguarda, defensor do funcionamento ordenado da cidade, na sua atuante vigilância sobre os espaços urbanos e militância por um ambiente normatizado, denunciava nas suas páginas:

Os malandros estão criminosamente quebrando os bancos do jardim da Praça Castro Alves, desta cidade. A falta de guardas-noturno, é preciso que a Delegacia de Polícia destaque um soldado para policiar aquele logradouro, pelo menos, até o apagar da luz, às 23:30 horas. (VANGUARDA, 1956, p. 1)

Na edição seguinte, a crítica era feita novamente, sobre o mesmo espaço:

Conforme foi noticiado em nossa última edição, os malandros estão quebrando os bancos do jardim da Praça Castro Alves e, não satisfeitos com esse ato vandálico, estão também roubando os globos da iluminação daquele logradouro!

Urge enérgica providência da Delegacia de Polícia no sentido de evitar a continuação destes crimes contra o patrimônio da nossa urbe. (VANGUARDA, 1956, p. 1)

O logradouro, acerca do qual o jornal já havia reclamado da constante presença de vacas, que estavam fazendo “footings” noturnos, ao que parece, recebia também outros frequentadores, sujeitos – para o periódico – indesejáveis, que estariam danificando o ambiente e surrupiando “os globos da iluminação” (VANGUARDA, 1956, p. 1). O roubo dos equipamentos de iluminação atingia um aspecto de suma importância para a vigilância e segurança das ruas. A falta de iluminação na praça podia tornar o ambiente inseguro, inibindo assim a circulação das pessoas naquele conceituado espaço de lazer e sociabilidade da cidade.

Após a publicação dessas notas, no mês seguinte, o Vanguarda afirmava que, devido as suas reclamações, o sargento Carlindo Ferreira de Sousa, delegado do município, tinha adotado um novo procedimento de atuação, a fim de melhor controlar e vigiar as ruas. A inovação era a implantação do monitoramento do espaço urbano, feita por uma dupla de soldados usando cassetetes e identificados no braço “com as iniciais P.M” - “à maneira dos famosos ‘Cosme e Damião’, da capital do Estado” (VANGUARDA, 1956, p. 1). Segundo o jornal, a vigilância da cidade devia ocorrer nos logradouros públicos (praças, ruas e becos), e nas chamadas “casas de diversão”. Assim, a medida vinha a “garantir o patrimônio municipal e preservar a ordem pública” (VANGUARDA, 1956, p. 1).

O Vanguarda reivindicava também pela intervenção da polícia no espaço da feira livre:

#### **Com Vistas à Polícia**

É preciso que a Polícia faça uma visita àquelas barracas existentes no local da feira, próximas a Ponte “Manuel Novais”, pois os malandros e as decaídas estão fazendo ponto de reuniões e de deboches naquele local, em franco desrespeito as pessoas que transitam pela referida Ponte. (VANGUARDA, 1956, p. 1).

Para o jornal, a polícia devia agir de modo a purificar aquele local de sociabilidade de pessoas vistas como desviantes da ordem – “malandros e decaídas”. Pelo vocabulário empregado para designar os indivíduos que frequentavam o lugar, é possível que fosse frequentado por ébrios e prostitutas, que se encontravam no espaço no dia do comércio semanal, para beber, jogar, conversar, enfim, para a diversão. Contudo, seus corpos, trajes, comportamentos, cheiros e as formas de falar provocavam o olhar de desagrado dos jornalistas, que se pronunciavam em nome dos transeuntes. O ambiente de realização da feira livre, ao que parece, era visto como uma espécie de verruga na paisagem urbana, tendo já recebido crítica do jornal pelas deploráveis condições de salubridade (VANGUARDA, 1957, p. 1). A ponte Manuel Novaes, a única de concreto feita até então na cidade, era por onde se tinha acesso às ruas centrais e chegavam visitantes à urbe. A iniciativa do jornal pode ser entendida como uma forma de tentar evitar que aquele cenário maculasse a imagem da cidade – era preciso retirar aqueles sujeitos da visibilidade do espaço público.

Se a feira livre era apresentada como um ambiente caracterizado pelas más condições salubridade e estética, e pela presença de indesejáveis frequentadores, a Praça Castro Alves era seu oposto, na hierarquia que o jornal elaborava dos espaços da cidade. Dessa maneira, o ambiente era solenemente recomendado

pelo periódico:

O bonito jardim da Praça Castro Alves é o principal ponto de reunião, à tarde e à noite, da mocidade jacobinense. É ali que ela se encontra para os seus amistosos colóquios e para o seu habitual footing em tornos dos canteiros. O que é muito natural e não admite censura. (VANGUARDA, 1957, p. 1)

De acordo com a descrição do Vanguarda, o logradouro constituía-se, naquele contexto, como um espaço de lazer e sociabilidade habitual de parte da população cidadina. Era um ponto de encontro para bate-papo, para o "footing" no final de semana, e também para flertes e namoros. Contudo, o uso do lugar implicava numa certa disciplina, moral, pudor e controle dos corpos. Para os editores do jornal, alguns casais de namorados ali estavam se comportando de maneira inadequada para o lugar: "O condenável, porém, é a maneira como se portam certos pares de 'Romeus' e 'Julietas' da nossa terra, ferindo os preceitos morais. Isto, sim, não somente é censurável, como é condenável" (VANGUARDA, 1957, p. 1).

Naquele ambiente, os indivíduos tinham que moldar seus comportamentos de maneira a apresentarem os corpos retraídos, com um determinado recato e pudor – ao que parece - aos modos da moral vitoriana. Questão que, para os olhos moralistas e de censura dos redatores, não estava sendo respeitada pelos "casais apaixonados"; os "Romeus" e as "Julietas" da cidade estavam "ferindo os preceitos morais", ofendendo a gramática dos costumes e das práticas corporais esperadas para os frequentadores da praça. Naquele jardim, como no Éden, os prazeres do corpo eram interditos e condenados.

Outras práticas presentes no espaço urbano eram criticadas nas páginas do Vanguarda. O semanário denunciava o comportamento de alguns meninos no centro da cidade, nestes termos:

A chegada dos ônibus da Empresa "São Luis", nesta cidade, aos domingos, terças e quinta-feiras, um grupo de moleques desabusados os espera no local da parada para avançarem sobre eles duma maneira tão desenfreada e estúpida que, além de causar constantes aborrecimentos aos passageiros daqueles veículos, resulta num espetáculo degradante para os nossos foros de cidade civilizada.

Antes da chegada dos ônibus, esses mesmo malandros postam-se na balaustrada da Praça Rio Branco, numa algaravia e numa falta de respeito aos circunstâncias que precisam de enérgica repressão policial.

Solicitamos a atenção do sgt. Carlindo Ferreira de Sousa, zeloso delegado de Polícia deste Município, para o fato acima apontado (sic). (VANGUARDA, 1956, p. 1)

Como forma de combater a prática dos garotos, possivelmente menores, e extingui-los daquele ambiente em que se reuniam, o Vanguarda desenvolvia duas frentes de ataque no seu texto. Por um lado, seguindo seu discurso moralista, nomeava os garotos de "moleques desabusados" e "malandros", buscando assim mobilizar a opinião dos seus leitores para causa. Por outro, convocava a ação policial, a fim de disciplinar o uso das ruas e reprimir o comportamento aqueles indivíduos.

Para os articulistas do periódico, era mais um acontecimento que constrangia a imagem de cidade "civilizada". O ponto de encontro (Praça Rio Branco) dos garotos situava-se no coração da urbe, fator que motivava uma maior preocupação por parte dos jornalistas. Como vimos, o discurso dos jornalistas era de patronos da ordem urbana, zeladores da moral, defensores da propriedade e de uma estética para a cidade, protetor do uso disciplinado dos espaços e dos corpos dos cidadãos; contra a presença de animais nas ruas, em oposição aos "malandros" e prostitutas na praça da feira

e outros espaços urbanos.

O tratamento dispensado e os termos empregados pelo hebdomadário assinalavam para o incomodo que provocava aos jornalistas o comportamento e presença daqueles sujeitos nas ruas. Um possível divertimento ou brincadeira dos garotos no logradouro, em que não faltavam gritos, assovios ou uso de expressões e termos chulos, era energicamente censurada – na linguagem jornalística significava “algazarra”, que denotava desrespeito aos transeuntes e constrangia a cidade diante dos visitantes. De tal modo, os garotos taxados de “moleques desocupados” na Praça Rio Branco, assim como os mendigos e os retirantes que chegavam à cidade e ficavam no pátio da Igreja do Bom Jesus da Glória, os criadores de animais soltos nas ruas, os indivíduos que frequentavam o espaço próximo à ponte Manuel Novais no espaço da feira livre, constituíam-se, para o Vanguarda, como o grupo de “indesejáveis” da cidade – deviam, portanto, ser alvo de policiamento e medidas administrativas de controle ou exclusão do ambiente urbano (VANGUARDA, 1958, p. 1).

Apesar disso, meses depois, o jornal voltou a reclamar da mesma situação nas suas páginas e reivindicar a atuação do dispositivo policial:

Reiteramos a nossa solicitação à Delegacia de Polícia local, no sentido de dispersar a malta de malandros que, há muito, vem praticando tôda sorte de abuso e de molequeira à chegada dos ônibus da Empresa ‘S. Luís’, a esta cidade (sic). (VANGUARDA, 1956, p. 1)

Quer fosse pelo caráter momentâneo da intervenção policial ou pela sua ineficiência, os garotos continuavam com seus divertimentos e brincadeiras no espaço, a despeito dos olhares de censura dos jornalistas.

Mais uma ocorrência contra a ordem e a propriedade na cidade era condenada pelo Vanguarda. Na perspectiva do semanário, naquela Jacobina nem os mortos estava descansando em paz, pois alguns túmulos do cemitério foram violados. Em março de 1959, relatava, uma nota na primeira página, que os “dois dos mais bonitos mausoléus do cemitério local amanhecera com partes de seus mármores quebrados, num inominável atentado à memória dos que ali repousaram para sempre!” (VANGUARDA, 1959, p. 1). A ação era tratada pelos jornalistas enquanto um “ato de vandalismo e de profanação”, que havia sido praticada por “destituídos de qualquer sentimento humano” – os quais deviam sofrer uma punição severa e exemplar (VANGUARDA, 1959, p. 1). Como tratasse de suntuosos túmulos, possivelmente pertencentes aos bem-nascidos e falecidos da cidade, que faziam questão de ressaltar a riqueza até depois da morte, os autores do ato talvez estivessem à procura de subtrair algum objeto de valor enterrado com os cadáveres.

Acompanhando as notas, observa-se que o periódico desenvolvia uma verdadeira batalha cotidiana para normatizar as ruas, denunciando às autoridades policiais e administrativas tudo aquilo que escapava às normas instituídas ou contrariasse a concepção de cidade que buscava-se instituir. Na perspectiva dos editores, o controle social do espaço urbano devia ocorrer nos logradouros públicos (praças, ruas), tendo em vista a manutenção da ordem, da propriedade, da moralidade, da disciplina e estética urbana, e a produção de uma imagem de civilidade da cidade. Nesse sentido, a estratégia da prática jornalística do Vanguarda era agenciar tanto os dispositivos administrativo e policial, como produzir e mobilizar a opinião dos seus leitores. Assim, o periódico instituía, reprodu-

zia e colocava em circulação nas suas páginas um discurso depreciativo e normativo sobre os indivíduos vistos como “indesejáveis”, presentes nas ruas daquela cidade, designando-os de “malandros”, “decaídas”, “moleques desabusados”, “indivíduos degenerados” ou “vândalos”.

À medida que novos traçados urbanos eram edificados, produzindo uma paisagem urbana modernizada, limpa, desodorizada e saneada na área central da cidade, procurava-se também excluir do cenário urbano aquelas práticas e corpos disformes e indóceis – expurgando das ruas os elementos “indesejáveis”. Sobre esses personagens “malditos”, refratários às disposições normativas de suas vidas, as fontes os definem em poucas palavras. Segundo Michel Foucault, esses personagens obscuros, que não tiveram glória nenhuma na vida, sabemos da existência por meio de notas curtas nos arquivos, que foram produzidas num momento de humilhação ou indignidade - no embate com dispositivos de poder. Poder que quis eliminá-los, lançou alguma acusação, julgou-lhes, condenou com frases curtas - marcou com uma infâmia. Em outros termos, o que se sabe da vida destes homens e mulheres, foi cortado, marcado, dito, nomeado e narrado por um discurso de poder. Nesta condição é que tomamos conhecimento das suas existências. O que pode-se fazer é estabelecer uma análise a partir dos discursos e enunciados sobre estes sujeitos e suas vidas obscuras. O pouco que podemos saber destas vidas foi possível por conta de um choque com o poder (FOUCAULT, 2003, p. 203-222).

Buscando acompanhar a pulsação social das ruas daquela cidade, indícios de práticas contrárias à ordem urbana, gestos de insubmissão e indisciplina, através dos textos jornalísticos, identificamos outras práticas de “desvio” no uso do solo urbano. Deste modo, o Vanguarda protestava contra os motoristas que trafegavam em alta velocidade pelas ruas:

Os motoristas de caminhões estão transformando as ruas desta cidade em verdadeiras pistas de corrida. Andam em altas velocidade nas estreitas e tortuosas ruas da nossa velha urbe, com iminente perigo de vida para os seus habitantes, especialmente para as crianças!. (VANGUARDA, 1959, p. 1)

Em relação ao limite de velocidade dos veículos no perímetro urbano, as posturas municipais determinavam que: “Art. 119 É terminantemente proibido automoveis (sic) e caminhões em parada nas ruas desta cidade sendo, o maximo de velocidade de 30 kilometros por hora, sob pena de 20\$000 de multa (sic)” (JACOBINA, 1933, p. 16). O descumprimento da postura por parte dos motoristas parece ter sido uma constante, outras reclamações como a citada acima foram publicadas nas colunas do periódico. De tal modo, continuava a denunciar o jornal:

Existem uns velhos caminhões de carregar pedras e outros materiais de construção, sem freios e apenas com os lastros das carrocerias, que são os que mais velocidade deslocam em ruas estreitas, como, por exemplo, a Av. Cel. Teixeira! (VANGUARDA, 1956, p. 1)

Certamente, as obras de pavimentação das ruas centrais melhoraram as condições de tráfego, possibilitando a majoração da velocidade dos veículos. Concomitantemente aumentava-se o perigo para os pedestres transitarem nas vias públicas, forçando-os a desviarem ou disputarem as ruas com as máquinas automobilísticas. Como apontava os editores da folha, alguns motoristas estavam abusando da velocidade com seus veículos, transformando as ruas em “verdadeiras pistas de

corrida”, a despeito daqueles que andavam a pé. Por fim, os jornalistas clamavam pela intervenção do responsável pelo controle do trânsito: “Apelamos para o sr. Osmário Castro Cerqueira, chefe do Pôsto de Trânsito local, no sentido de chamar êsses ‘Pintacuda-Mirins’ às falas, a fim de evitarem-se possíveis acidentes (sic)” (VANGUARDA, 1956, p. 1).

Nos logradouros centrais da urbe, que tinham sido pavimentados, saneados, desodorizados, embelezados e estruturadas com os equipamentos urbanísticos modernos, ao que parece, os condutores de automóveis estavam exacerbando da velocidade. Outro episódio com motoristas em disparada pelas ruas foi registrado nas folhas do Vanguarda. Numa narrativa digna de uma montagem cinematográfica, o jornal descreveu as façanhas de um motorista da prefeitura, com o automóvel de trabalho, nos logradouros centrais da cidade:

A “Caçamba” Quase Derriba a Fachada do Prédio.

No último sábado, à noite o motorista da Prefeitura José “Xerém” tomou uns pileques, pegou a “caçamba” que dirige e andou fazendo da Praça Rio Branco pista de corridas automobilísticas, até que, uma das suas voltas em torno daquele logradouro, bateu com o referido veículo na frente da Casa “Mairi”, derribando uma coluna desta e danificando a sua fachada.

Depois dessa proeza, o aludido motorista saltou do veículo, sacou do revolver que portava e deu vários tiros nos escombros do prédio, isto em pleno coração da cidade!

A Delegacia de Polícia abriu inquérito para apurar a delituosa ocorrência. (VANGUARDA, 1957, p. 1)

Se considerarmos o discurso do semanário acerca das proezas do motorista José “Xerém” naquele final de semana, o citado sujeito tocou o terror nas ruas, cometendo várias infrações de trânsito e contrárias a ordem urbana. O condutor, que possivelmente estava embriagado, além utilizar o automóvel de trabalho fora do horário de serviço, provocou um acidente que danificou uma propriedade particular e efetuou disparos de arma de fogo em via pública, no caso, no “coração da cidade”. Entretanto, se comparada à versão criada pelo jornal com outros textos já citados sobre demais práticas desviantes no centro da cidade, percebe-se na nota acima uma entonação retraída e uma linguagem não pejorativa ou preconceituosa para qualificar a ação e o indivíduo envolvido.

Ao contrário de outras práticas nas ruas que receberam censura pública e nas quais o periódico conclamava a intervenção policial, os redatores da folha apenas reservaram-se a comentar que a delegacia fez o procedimento de praxe para a investigação. Certamente, pela função do sujeito, um servidor público municipal, o jornal se posicionou de maneira menos incisiva, sem o uso de termos depreciativos como “vândalo” ou “malandro”; evitando assim provocar em seus leitores o sentimento de repulsa pela conduta do motorista. De tal modo, observa-se que os redatores da folha modulavam sua linguagem a depender da posição social dos autores de práticas de indisciplina ou desviantes nas ruas.

Diante desses acontecimentos envolvendo motoristas dirigindo com velocidade além da permitida, em 1958, um leitor do Vanguarda, pronunciou-se por meio de pequeno texto, publicado no periódico. A nota intitulada “O Direito de Adoecer” era assinada por Marco Antônio e foi publicada numa coluna da segunda página do jornal. No documento, o autor manifestava sua insatisfação em relação aos condutores de automóveis que trafegavam em alta velocidade e faziam incômodo

barulho na Av. Manuel Novais. Marco Antônio citava que há algum tempo os moradores do citado logradouro estavam “sofrendo as maiores torturas auditivas, especialmente no tocante às buzinas dos carros que passam em velocidade acima do normal, causando pânico a todo mundo, e com o som ensurdecedor” (VANGUARDA, 1958, p. 2). Relatava ainda que na referida avenida estavam ocorrendo acidentes, como “atropelamentos de animais” e até “caminhão invadindo casa”, e que a sua solicitação de medidas junto aos responsáveis pelo trânsito local não tinha resultado em nenhuma ação, no sentido de coibir tais atos (VANGUARDA, 1958, p. 2).

Apontava ainda o autor do texto que “motoristas vaidosos” puxavam 70, buzonavam “a todo som, calcando o pé no acelerador”, e “quanto este (o veículo) não tem amortecedor” não havia “ouvido nem nervos” que aturassem o barulho, estando entre os carros que mais causava incômodo “o ônibus novo da São Luís, com sua busina (sic) terrível” (VANGUARDA, 1958, p. 2). Assim, fechava o texto manifestando sua indignação: “Será que os motoristas que, tentando nos atropelar a todo o momento e com tais businas (sic), não nos querem dar nem ‘o direito de adoecer’? Responda quem de direito” (VANGUARDA, 1958, p. 2). Certamente, no título do texto, retomado na citação acima, o autor estivesse fazendo referência a alguém que morava na avenida ou a si mesmo, que encontrava-se doente e padecendo ainda mais com o incômodo barulho provocado pelos automóveis.

Na mesma edição que o texto citado acima foi publicado, também foi divulgado na quarta página do semanário, um comunicado do responsável pelo gerenciamento do trânsito da cidade, o tenente Jessé Soares Monte Santo, em que orientava os condutores:

Inspetoria Geral de Trânsito

6ª Região

MOTORISTAS!

95% dos desastres de veículos em todo o mundo são causados por excesso de velocidade desenvolvida pelos respectivos condutores. Em consequência, e como medida de prevenção contra tais acidentes, fica limitada até 30 quilômetros a velocidade máxima permitida no perímetro urbano e suburbano da cidade – (Art. 9º do Código Nacional de Trânsito).

Aos imprudentes e irresponsáveis, advertimos que, fora da lei, não há contemplação.

Jacobina, 23 de setembro de 1958.

Ten. Jessé Soares Monte Santo – Encarregado do Serviço de Trânsito. (VANGUARDA, 1958, p. 4)

De tal modo, o comunicado da autoridade de trânsito na cidade só reafirmava o limite máximo de velocidade, já estabelecido pelo Código de Posturas, para o espaço urbano. A modernização das ruas centrais da cidade criava condições para novas práticas, como os carros em alta velocidade nos logradouros. As ruas antes acostumadas com o ritmo lento, com transeuntes, animais e carros mais vagarosos, passava a conviver com uma outra dinâmica urbana. Por outro lado, o controle e disciplinamento das ruas da cidade procurado por jornalistas, gestores e mecanismos de segurança, sucumbiam na pretensão de normatizá-las.

Em agosto de 1956, os redatores do Vanguarda publicaram na primeira página do periódico, que a cidade estava sendo surpreendida por assaltos nas casas comerciais e residências. Conforme

o texto do jornal, tinha sido roubado dinheiro e mercadorias dos estabelecimentos: Francisco Almeida Oliveira & Cia, Lima & Oliveira Ltda e Agência Sertaneja de Representações. Tendo a polícia prendido um dos autores dos furtos, um sujeito designado de "Galego", o qual tinha confessado o roubo a Agência Sertaneja, e "inclusive, entregue as mercadorias surripiadas, à excessão (sic) de duas canetas-tinteiro" (VANGUARDA, 1956, p. 1). No início de 1957 o processado por roubo "Galego", que se encontrava detido na cadeia pública, conseguiu fugir juntamente com outro detento, apelidado de "Piabinha". Segundo a nota do jornal, os dois haviam conseguido escapar "burlando a vigilância do soldado de plantão" (VANGUARDA, 1957, p. 1). Contudo, "Galego" logo acabou sendo capturado pela polícia numa "rancharia de operários da rodovia Jacobina-Miguel Calmon", aproximadamente três quilômetros da cidade (VANGUARDA, 1957, p. 1). Já o outro também acusado de roubo, o "Piabinha", não tinha sido localizado.

Um ano antes dos citados acontecimentos na cidade, procurou-se constituir um mecanismo de policiamento noturno das ruas. Na sessão realizada em 4 de maio de 1955 o vereador Ubaldino Mesquita Passos havia encaminhado duas indicações ao executivo municipal. Uma tratava-se do pedido de manutenção das estradas municipais, a outra versava sobre atuação da Guarda Municipal. A recomendação encaminhada ao prefeito pelo edil era a proposta do estabelecimento do Serviço de Guarda Noturna da cidade (CÂMERA DE VEREADORES, 1955, p. 176). A sugestão de ampliação do citado aparelho de policiamento municipal pretendia garantir a ordem urbana, a propriedade privada e conservação do patrimônio municipal.

Todavia, a segurança noturna das ruas e praças daquela Jacobina, ficou a cargo da iniciativa de particulares e das autoridades policiais. Com o objetivo prevenir a prática de roubos, arrombamentos e furtos, que estavam ameaçando a propriedade dos proprietários de estabelecimentos comerciais, a ação tomada por parte dos comerciantes e das autoridades de segurança pública foi à instalação em 1957 do "Serviço de Vigilância Noturna". Desse modo, o Vanguarda apresentava nas suas páginas, a forma de funcionamento e o objetivo organização:

No dia 15 de março último, uma comissão integrada de comerciantes desta praça procurou o cap. Edgar Gomes Rocha, Delegado Especial neste Município, para solicitar-lhe a instalação de um serviço de vigilância noturna nesta cidade, a fim de defender a propriedade e o comércio dos constantes assaltos dos larápios, o qual ficaria sob a orientação e a fiscalização da Polícia local. (VANGUARDA, 1957, p. 1)

O mecanismo era custeado pelos comerciantes locais, que pagavam mensalmente pelo serviço, que funcionava sob a orientação e supervisão do delegado e contava com seis guardas e um responsável pela chefia. Com o intuito de sofisticar a administração do serviço, a cidade foi esquadrihada em zonas policiais. De tal modo, uma visão estratégica do espaço foi desenhada, o ambiente urbano era recortado, a fim melhor controlá-lo e garantir à segurança da propriedade privada dos comerciantes da cidade. Assim, foi delineada a geografia da vigilância montada sobre a urbe:

Para melhor orientação do pessoal do S.V.N., a cidade foi dividida em seis zonas, a saber: 1ª. Zona – Praça Miguel Calmon, Ruy Barbosa e Castro Alves; 2ª zona – Rua Senador Pedro Lago e Praça Rio Branco; 3ª. zona – Rua Antônio Muniz e Av. Manuel Novais; 4ª. zona – Av. Cel. Teixeira; 5ª. zona – Praça 2 de Julho e Rua Morro do Chapéu; 6ª. zona – Av. Duque de

Caxias e Rua Dr. J.J. Seabra. (VANGUARDA, 1957, p. 1)

No entanto, a formação e atuação dessa rede de vigilância sobre as ruas não foi suficiente para impedir que assaltos acontecessem. No ano seguinte a instalação do Serviço de Vigilância Noturna, montada pelos comerciantes, o Vanguarda informava a seus leitores, a prisão de dois gatunos. Segundo o texto jornalístico, há algum tempo vinha ocorrendo assaltos a estabelecimentos comerciais e residências, sem que fosse elucidado. Finalmente a polícia capturou os autores dos roubos, que foram presos pelo delegado Agenor Meneses Santos, com mercadorias e armas. Na delegacia os acusados reconheceram os roubos efetuados recentemente em Jacobina e localidades adjacentes. Os denunciados foram os primos José Cardoso e Orlando Cardoso Vieira, sobre os quais o jornal informava que eram “nortistas”<sup>4</sup> residentes na cidade há um ano.

A Polícia efetuou uma operação de busca e apreensão na residência dos gatunos, à rua 15 de Abril n.8, encontrando ali um verdadeiro bazar – grande quantidade de mercadorias de vários gêneros; um rifle, um revólver e muitas balas para os mesmos. Foram encontrados também uma roupa velha de casemira, um capote e um chapéu do feltro, próprios para seus assaltos noturnos. Cada um possuía uma bicicleta “Gulliver” com os porta-bagagens apropriadas para a condução das mercadorias roubadas. (VANGUARDA, 1958, p. 1)

Presos nas dependências da cadeia pública, que ficava situada no prédio do paço municipal, para responder ao processo instaurado, os acusados tentaram evadir da prisão por duas vezes. Deste modo, o Vanguarda relatou acerca da primeira tentativa:

À noite do dia 30 de novembro para 1º deste mês os gatunos José Cardoso, Moisés Aben-Attar e outros seus companheiros de prisão tentaram evadir-se do xadrez local, incendiando o teto de madeira, que fica localizado no fundo do andar térreo da Prefeitura.

Na sua tentativa de evasão os larápios chegaram a queimar uma tábua do assoalho do Gabinete do Prefeito e abrir um rombo regular no mesmo. Só não conseguiram o seu intento por ter o soldado de plantão percebido a claridade produzida pelas brasas e os ter obrigado a apaga-las. (VANGUARDA, 1958, p. 1)

De acordo com o jornal, após o episódio, uma segunda tentativa de fuga por parte dos presos foi descoberta. Os detentos haviam cavado um buraco na parede do espaço em que se encontravam encerrados, contudo, sendo mais uma vez frustrados. Nessa nota também foi divulgado à prisão de outro sujeito, denunciado por envolvimento nos furtos acontecidos na cidade. Porém, a saga dos larápios para fugir do cárcere não findou, e por fim, uma semana depois das primeiras tentativas, o periódico numa pequena nota, apenas informou:

#### **OS GATUNOS ARROMBARAM O XADREZ E FUGIRAM**

Na madrugada do dia 11 dêste (sic) mês os perigosos gatunos Orlando Cardoso e João Antônio da Silva arrombaram a cela do xadrez onde estavam e fugiram.

---

4 O termo nortista era uma referência aos emigrantes dos Estados da região Nordeste. Como indicam os dados do censo das décadas de 1950 e 1960, a cidade passou por um processo de crescimento populacional, neste período possivelmente chegaram alguns emigrantes de outros Estados à cidade de Jacobina. A pesquisa de Zeneide Jesus Rios sobre os trabalhadores dos garimpos nas serras de Jacobina entre 1930 e 1940, aponta através dos processos-crimes pesquisados a presença de pessoas que migraram de outros Estados do Nordeste para o município, na procura de trabalho nos garimpos. Cf. JESUS, 2005.

Até o momento em que escrevemos esta nota não se sabe que destino tomaram aqueles meliantes. (VANGUARDA, 1958, p. 1)

Deslocando dessas notas sobre o cotidiano das ruas, passamos a examinar dois textos do Vanguarda sobre ocorrências envolvendo discentes da instituição educacional local, o Ginásio Deocleciano Barbosa de Castro. Em 1956 os editores do jornal colocavam em circulação mais uma edição nas ruas, era a de número 344. Na sua primeira página, o periódico, num texto intitulado É preciso que todos cooperem com a direção do ginásio, noticiava aos seus leitores, práticas de indisciplina na instituição escolar. Deste modo, relatava a nota:

Além do papel preponderante que vem desempenhando no setor do ensino secundário, o Ginásio "Deocleciano Barbosa de Castro" é, sem dúvida, o principal fator de progresso que ora se verifica em nossa terra; razão por que instituição educativa já se tornou um valioso patrimônio desta cidade, patrimônio êsse que ela não pode perder; sob pena de retrogridir e amesquinhar-se (sic).

Mas, para que o Ginásio possa sobreviver e continuar a concorrer para o progresso cultural da nossa lendária terra tornar-se necessário a cooperação de todos os pais de família, no sentido de evitar os atos de insubordinação e indisciplina que, ultimamente, se tem registrado ali, por parte de certos alunos desajustados, contra dedicados mestres daquele estabelecimento. Porque a repetição desses atos de indisciplina gera a anarquia e esta obriga a Secretaria de Educação a fechar o Ginásio. (VANGUARDA, 1956, p. 1)

Para os jornalistas, o que estava ameaçando a condição de "progresso" de Jacobina, alcançado com a instalação da instituição, eram as práticas de "insubordinação e indisciplina" dos discentes, especificamente aqueles "desajustados contra dedicados mestres daquele estabelecimento". A instituição que havia sido concebida para disciplinar os sujeitos estava sendo confrontada por práticas dos estudantes, refratários a normatização dos seus corpos. Assim, o jornal terminava o texto, buscando sensibilizar os leitores e os pais dos estudantes insubmissos:

- Já terão pensado nessas consequências danosas os pais de família de nossa terra?

Que meditem nesta nossa advertência e cooperem, por todos os meios, com a direção e os corpos administração e docente daquele educandário, na afanosa tarefa educativa destes! (VANGUARDA, 1956, p. 1)

Outro episódio envolvendo o ginásio Deocleciano Barbosa de Castro, foi registrado pelo Vanguarda. Na narrativa construída pelo jornal, o caso teve a participação de um estudante, acusado de uso de psicotrópicos:

#### **O Ginasiano Foi Intoxicado Pela Maconha!**

No início desta semana, registou-se (sic) nesta cidade um caso de intoxicação pela Maconha. Um aluno do ginásio local foi "presenteado", na rua, por um seu amigo recém-chegado da capital do Estado, com um cigarro contendo a "erva maldita" e, ao acender e tragá-lo ficou alucinado, sendo levado para casa por amigos seus, mas estava tão perturbado que, em vez de entrar na sua, entrou na residência do vizinho e, como um louco, quebrou móveis e outros objetos que estavam ao seu alcance! Conduzindo para a sua casa, ali praticou os mesmos atos! O seu estado era tão grave que a família foi forçada chamar um clínico para examiná-lo, constatando-se, então, que o ginasiano estava intoxicado por Diamba!

Ao adquirir e conduzir consigo tão perigosa droga, certamente, desconhecia aquele irresponsável moço (cujo nome deixamos de divulgar em atenção a pessoas da sua família, aqui residentes), o crime que estava cometendo, crime esse previsto pelas nossas leis penais. (VANGUARDA, 1957, p. 1)

O periódico descrevia o suposto episódio de maneira dramática, criando uma narrativa co-movente para os leitores, a partir de associações presentes no imaginário social. Por um lado, identifica-se a relação entre os males presentes (cigarro da erva-maldita) na capital do Estado (cidade grande) sendo levado para o interior. Na narrativa apresentada um jovem chegado de uma grande cidade, lócus de extravagâncias e desvios comportamentais, se contrapunha a pureza, inocência e pacata cidade do interior. Por outro lado, instituiu o elo entre o consumo da substância psicotrópica e o descontrole corporal, a desordem dos sentidos e a violência física. Num primeiro momento, o discurso proibicionista da maconha no Brasil foi conduzido pelos médicos. O saber médico classificava o hábito como patologia e foi responsável por construir no imaginário social a relação do uso da maconha com o comportamento violento. O discurso proibicionista em voga no período tinha no comportamento violento, na prática de arruaças, na loucura e no crime contra a pessoa e a propriedade, os argumentos para insistir na proibição do consumo e na criminalização.<sup>5</sup>

Entretanto, a abordagem do periódico sobre o suposto estudante intoxicado pelo psicotrópico foi produzida de maneira singular e distinta - reservando o nome para resguardar a imagem da família. Diferentes de outras de práticas cotidianas e sujeitos, objeto de discurso do jornal, apresentadas enquanto contrárias aos preceitos de ordem, moralidade, disciplina e estética, reprimidas e censuras, os sujeitos envolvidos no relato acima não foram nomeados para não incriminá-los. O jornal defensor da lei, da ordem, da moralidade pública e da estética urbana estabeleciam hierarquias de pessoas e lugares, uma distinção social entre aqueles que praticavam indisciplina, desordem ou ilegalidades.

À medida que o periódico narrava o cotidiano da cidade instaurava um regime de visibilidade de práticas, neste movimento o banal emergia no discurso do jornal, tornava-se objeto de observação, vigilância e registro contínuo, lugar de produção de um saber e prática de poder na cidade. Assim sendo, a partir de um conjunto de notas, procedimentos narrativos e conceitos constituía classificações, hierarquias e exclusões; instituía um conceito de cidade e de sujeito, uma forma de organização do espaço urbano e normatização das práticas dos cidadãos.

O que se verifica do conjunto destas notas sobre o cotidiano urbano? Distante do aspecto disciplinar concebido nos dispositivos de poder sobre a cidade e os corpos dos cidadãos. Apesar da atuação estratégica de diferentes instâncias institucionais de normatização da sociedade local, como gestão municipal, vigilância policial, Código de Posturas, jornalistas e instituição educacional, as relações de poder na cidade não se processavam de maneira vertical, hegemônica e totalizante de

---

5 O discurso médico eugênico e racista serviu de base para criminalização da maconha no Brasil, sobretudo, no contexto do governo Vargas, década de 1930 e 1940, período que instaurou-se a repressão a planta e ao seu consumo através da legislação e da campanha proibicionista. A proibição do uso da maconha servia enquanto uma forma de controle de grupos sociais e étnicos, sendo segmentos marginalizados da população alvos de intervenção de instituições do Estado e do saber médico. O discurso proibicionista criou no imaginário social a associação entre consumidores de maconha e a prática da violência e da loucura. Cf. SOUZA, 2012.

dominação; práticas cotidianas disputavam o espaço urbano e as instituições, num confronto constante capaz de reinventar a cidade. Lendo as páginas do Vanguarda a contrapelo, a cidade revela-se enquanto um cenário onde proliferavam práticas diversas que rompiam a ordem urbana e imagem de “civilizada” e do “progresso”.

## Considerações Finais

Uma série de elementos de infraestrutura urbana produziam uma nova materialidade e paisagem urbana. Nas ruas centrais de Jacobina configurava-se uma outra fisionomia, com a presença de novos equipamentos urbanos de conforto (serviço de água encanada, energia elétrica, esgoto e limpeza) e lazer (construção de estádio), obras de urbanismo e medidas sanitárias. Transformações urbanas nomeadas enquanto signos de distinção, marcas identificadas como de uma cidade “civilizada”, “moderna” e que chegava o “progresso”. Não obstante, as mudanças na cidade não restringiam-se aos seus aspectos físicos com as obras de urbanismo; a prefeitura e jornalistas procuram disciplinar ou excluir os corpos disformes, determinadas práticas cotidianas da população e de usos das ruas – normatizando o cotidiano e produzindo um novo regime de visibilidade de práticas e comportamentos na paisagem urbana.

O processo de modernização em curso na cidade caminhava em conjunto com medidas de normatização de práticas da população cidadina e na busca pela composição de uma outra paisagem urbana. Por meio de dispositivos de poder como o Código de Posturas, medidas administrativas do poder público municipal, discursos da imprensa, ações policiais, criavam-se classificações, hierarquias e exclusões de sujeitos e práticas. Os citados mecanismos de poder atuantes nas ruas, praças e instituições de Jacobina visavam controlar, ordenar, disciplinar e constituir um tipo de sujeito e visibilidade da paisagem urbana, determinado um modo de vida urbano e um padrão estético para a cidade. Neste sentido, eram mobilizados discursos e conceitos relacionados ao uso ordenado e disciplinado dos espaços urbanos e recato dos corpos, defesa da moralidade pública e da propriedade privada.

Por outro lado, à revelia das estratégias, das medidas, das práticas, discursos e gestos instituídos pelos diversos dispositivos, que exerciam uma relação de saber e poder na cidade, naquele momento histórico particular, haviam contrapoderes, constituídos de práticas dispersas contrárias a ordem, a disciplina, a moralidade pública, a propriedade e a estética – a normatização. Assim, práticas cotidianas heterogêneas proliferavam na cidade e nas instituições, de modo disruptivo irrompiam no tecido urbano, movimentavam-se dispersas, móveis, transitórias, com temporalidades e territórios próprios, irredutíveis uma ordem exterior, a conformidade imposta por instituições, medidas administrativas, repressivas ou censuras. A cidade emergia enquanto um campo aberto de embate e correlação de forças múltiplas, sendo reconfigurada por práticas de transgressão, de desobediência e de indisciplina, capaz de produzir zonas e momentos de instabilidade e fraturas nas estratégias normatização; num jogo conflituoso de forças que reinventavam o espaço urbano, por

vezes, uma cidade ao avesso do modelo urbano planejado e desejado nos dispositivos.

Por sua vez, das relações cotidianas de confronto com os dispositivos identifica-se a vida de certos sujeitos sem fama, sem notoriedade, sem glória, alguns anônimos ou outros nomeados; vidas de pessoas comuns, ditas em poucas palavras, narradas de maneira breve, precária, obscura - descritas nas notas do jornal. Suas vidas foram atravessadas por um mecanismo de poder atuante sobre a cidade; poder que procurava excluir, disciplinar, apagar, banir, censurar suas vidas ou práticas. Aparecerem e desapareceram em sucintas expressões, contudo, marcadas por efeitos de linguagem, assinaladas de maneira estereotipada, sensacionalista, com adjetivos depreciativos, entonação de queixas e denúncias de suas práticas e modos de vida, suspeitos de atentados a propriedade, delitos, transgressões, condutas e comportamentos contrários à moralidade, a ordem, a disciplina e estética urbana.

## Referências

CRUZ, Heloisa de F.; PEIXOTO, Maria do R. da C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, v. 35, n. 35, p. 253-270, jul.-/dez, 2007. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/2221/1322>. Acesso em: 19 dez. 2019.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. Sobre a história da sexualidade. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: A vontade de saber**. Trad. de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. v. I.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. v. IV.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. de Raquel Ramallete. 37. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

JESUS, Zeneide Rios de. **Eldorado Sertanejo, garimpos e garimpeiros nas serras de Jacobina (1930-1940)**. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meios dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi

(Org.). **Fontes Históricas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Trad. Denise Bottmann. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar - 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAGO, Margareth. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. **Tempo Social. Rev. Sociol.**, São Paulo. v. 7. n. 1. p. 67-82, out. 1995. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/85207>. Acesso em: 20 dez. 2019.

RONILK, Raquel. **A cidade e a lei**: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP, 1999.

SILVA, Edson. **Modernização, sanitarismo e cotidiano (Jacobina 1955-1959)**. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2015.

SILVA, Edson. A cidade sob a "ordem" sanitarista (Jacobina – Bahia - 1955-1959). **Mnemosine Revista**, Campina Grande, v. 6, n. 6, p. 12-33, jul./set 2015. Disponível em: [https://2813eaa-2-976c-4345-b1987f314c1bde9a.filesusr.com/ugd/101348\\_04c4072e8b824651abb91920bf901c09.pdf](https://2813eaa-2-976c-4345-b1987f314c1bde9a.filesusr.com/ugd/101348_04c4072e8b824651abb91920bf901c09.pdf). Acesso em: 25 dez. 2019.

SILVA, Edson. Modernizar e normatizar a cidade: o difícil combate à criação de animais no perímetro urbano em Jacobina (1955-1959). **Revista Eletrônica História em Reflexão**, Dourados, v. 10 n. 19, p. 64-80, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/5498>. Acesso em: 24 dez. de 2019.

SILVA, Edson. Modernização urbana e sanitarismo: limpar, purificar, desodorizar e embelezar a cidade (Jacobina – BA - 1955-1959). **Cadernos do Tempo Presente**, São Cristóvão, n. 26, p. 83-95, dez. 2016/jan. 2017. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tempo/article/view/6142>. Acesso em: 23 dez. 2019.

SILVA, Edson. Modernização, sanitarismo e cotidiano urbano: o processo de implantação do sistema de água encanada em Jacobina (1955-1963). **História Unicap**, Recife, v. 4, n. 8, p. 161-173. jul./dez. 2017. Disponível em: <http://www.unicap.br/ojs/index.php/historia/article/view/939/1050>. Acesso em: 22 dez. 2019.

SILVA, Edson. O jornal Vanguarda e a construção da imagem do prefeito Orlando Oliveira Pires

(Jacobina – BA- 1955). **Revista Eletrônica Discente História.com**, Cachoeira, v. 5, n. 10, p. 64-73, 2018. Disponível em: <https://www3.ufrb.edu.br/seer/index.php/historiacom/article/view/1033>. Acesso em: 21 dez. 2019.

SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de (Org.). **Populares na cidade: vivências de trabalho e de lazer**. João Pessoa: Ideia, 2011.

SOUZA, Jorge Emanuel Luz de. **Sonhos da diamba, controles do cotidiano: uma história da criminalização da maconha no Brasil republicano**. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

Submetido em: 18 de agosto de 2019.

Aprovado em: 30 de dezembro 2019.

